

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - CAMPUS CURITIBA

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO Nº 62, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

1. Identificação da proposta

1.1 Nome do curso: **GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

1.2 Área de conhecimento (CAPES)

COLÉGIO DE HUMANIDADES

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

<https://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>

1.2.1 Linhas de Pesquisa:

a) Teoria Política Contemporânea

Contempla pesquisas e questões pertinentes à teoria política contemporânea, embasada nos estudos dos problemas filosóficos de natureza política. De modo mais específico, a linha privilegia alguns temas, tradições e autores que passam pela sociologia, filosofia e história. A linha acolhe pesquisas que se inserem em um amplo espectro temporal que vai do Renascimento até a contemporaneidade. Concentrando-se na abordagem de problemas e estruturas conceituais no âmbito da teoria política e suas inter-relações, assim como seus desdobramentos no pensamento contemporâneo. As pesquisas realizadas nesta linha possibilitarão compreender os princípios que norteiam as políticas públicas e os conflitos de interesses entre grupos e classes sociais. As contribuições da sociologia, da filosofia e da história possibilitam conectar as diversas formas de manifestações das políticas públicas na história, focalizando e entendimento desses processos na contemporaneidade.

b) Estado e Governo: estudos do poder local

Esta linha faz interface entre a teoria do Estado, o planejamento e as políticas públicas. Tem como foco duas dimensões que se relacionam com o desenvolvimento das políticas públicas de curto, médio e longo prazo: a primeira é a compreensão de como o Estado se configura em suas relações de poder global e local e a segunda é a compreensão das políticas públicas aplicadas no Brasil, levando-se em conta a necessidade da população e as condições da realidade local de cada território para o qual a política foi desenvolvida. A linha contribuirá com métodos, técnicas e estudos que colaborem para o aprimoramento da prática e da teoria sobre como o Estado intervém e se organiza no que diz respeito à Gestão Social, levando-se em consideração as idiosincrasias de cada território.

c) Políticas Públicas: análise institucional

Enfatiza pesquisas sobre planejamento, gestão e governança da administração pública na sociedade civil. A análise institucional poderá ser realizada em diferentes escalas de gestão: comunitária, municipal, intermunicipal, metropolitana, estadual e em redes nacionais e internacionais. Possibilitará compreender a realidade das políticas públicas, bem como sua relação com o seu planejamento. Contribuirá no fortalecimento de banco de dados para futuras consultas e publicações na área.

1.3 Campus responsável: CURITIBA

1.3.1 Nome do Diretor-Geral: ADRIANO WILLIAN DA SILVA VIANA PEREIRA

1.3.2 E-mail(s): direcao_geral.curitiba@ifpr.edu.br e direcao_ensino.curitiba@ifpr.edu.br

2. Dados da Comissão de Estruturação de Curso (Portarias nº 09/2016 e 18/2017, campus Curitiba)

2.1 Nome do Coordenador/Titulação: **Rodrigo Tramutolo Navarro - Doutor**

2.2 Telefones do Coordenador: **(41) 3535-1647**

2.3 E-mail do Coordenador: rodrigo.navarro@ifpr.edu.br

2.4 Nome do Vice-coordenador/Titulação: **Joyce Luciane Correia Muzi - Doutora**

2.5 Telefones do Vice-coordenador: **(41) 3535-1647**

2.6 E-mail do Vice-coordenador: joyce.muzi@ifpr.edu.br

2.7 Outros componentes da CEC:

Nome / SIAPE / Função / E-mail (Portarias nº 09/2016 - **Comissão 2016**)

Adriana Pellanda Gagno - 1918242 - Docente - adriana.gagno@ifpr.edu.br

Ana Maria de Carvalho - 2109561 - Assistente Social - ana.carvalho@ifpr.edu.br

Anjor Mujica de Paula - 1917524 - Docente - anjor.mujica@ifpr.edu.br

Cássia Cristina Moretto da Silva - 1781911 - Docente - cassia.silva@ifpr.edu.br

Leandro José de Araujo - 1830946 - Assistente Social - leandro.araujo@ifpr.edu.br

Marineide Maria Silva - 2308224 - Docente - marineide.silva@ifpr.edu.br

Priscila da Silva Duarte - 1791927 - Docente - priscila.duarte@ifpr.edu.br

Tatiana Grasser - 1568830 - Docente - tatiane.grasser@ifpr.edu.br

(Portarias nº 114/2019 - **Comissão 2020 - REVISÃO DO PPC 2020/21**)

Adriana Pellanda Gagno - 1918242 - Docente - adriana.gagno@ifpr.edu.br

Dalvani Fernandes - 1916548 - Docente - dalvani.fernandes@ifpr.edu.br

Joyce Luciane Correia Muzi - 1715408 - Docente - joyce.muzi@ifpr.edu.br

Leandro José de Araujo - 1830946 - Assistente Social - leandro.araujo@ifpr.edu.br

Priscila da Silva Duarte - 1791927 - Docente - priscila.duarte@ifpr.edu.br

3. Dados do Curso Proposto

3.1 Tipo de curso (Lei nº 9394/96, Art. 44, III e Resolução CNE/CES n. 1/2018)

Especialização

Aperfeiçoamento

3.2 Vagas

Mínimo: **20 vagas (Res. nº 18/2017, Art. 8º, § 1º, XI)**

Máximo: **30 vagas**

3.3 Modalidade

Presencial

Híbrido

Aberto ao público

Turma Fechada

3.4 Oferta:

A primeira seleção ocorreu em novembro de 2018 com início em fevereiro de 2019. As novas ofertas acontecerão a cada 02 anos, com abertura do processo seletivo no segundo semestre.

3.4.1 Público-alvo:

O curso se destina a profissionais graduados em diferentes áreas do conhecimento, tais como: Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Administração, Gestão Pública, Direito, Ciências Contábeis, Sociologia, Ciência Política, dentre outras, preferencialmente àqueles que possuam afinidades com as políticas públicas contemporâneas.

3.5 Local de realização do curso:

IFPR – Campus Curitiba – Rua: João Negrão, nº 1285, Rebouças, Curitiba/PR.

3.6 Dia de realização do curso:

Aos sábados, semanalmente.

3.7 Horário de início/término dos períodos:

Das 8:30 hs às 12h e das 13h às 17:30 hs.

3.8 Previsão de início das aulas para:

2º edição previsão primeiro semestre de 2022.

3.9 Descrição da Carga Horária

- a) Carga Horária em Componentes Curriculares (obrigatórias): **360 horas**
- b) Carga Horária em atividade de elaboração, orientação e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (opcional): **TCC é um componente curricular.**
- c) Carga Horária em Atividades Complementares (opcional): **não se aplica.**
- d) Carga Horária Total dos Componentes Curriculares: **360 horas**

4. Justificativa da proposta

Nessa proposta utilizaremos a abordagem quantitativa para mostrar a realidade que pretendemos atingir. Trata-se do universo potencial de profissionais que são inseridos no mercado de trabalho anualmente. Esses profissionais poderão encontrar uma opção pública, gratuita e de qualidade para o seu aperfeiçoamento profissional.

Conforme se verifica no público-alvo, a presente pós-graduação atingirá diretamente os formandos dos seguintes cursos: Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Administração, Gestão Pública, Direito, Ciências Contábeis, Sociologia e Ciência Política.

No portal EMEC, encontramos em Curitiba, conforme apresentado abaixo na tabela 1, a quantidade de 96 (noventa e seis) cursos de todas as graduações acima citadas. O número total de vagas abertas para todos os cursos citados, conforme consulta no referido portal, é de 39.642 (trinta e nove mil seiscentos e quarenta e duas) por ano.

Sabe-se que a maioria das instituições não ocupa todas as vagas abertas. Conforme dados do Censo da Educação Superior, cerca de 50% (cinquenta por cento) dessas vagas são ocupadas, ou seja, 19.821 (dezenove mil oitocentos e vinte e uma). Dessas, a taxa de concluintes, ainda conforme o Censo da Educação Superior, chega a 70% (setenta por cento), ou seja, tem-se uma taxa de evasão de 30% (trinta por cento). Ou seja, dentre os cursos em Curitiba que são público-alvo do presente curso, tem-se a média de 13.875 (treze mil oitocentos e setenta e cinco) concluintes por ano. Portanto este é o quadro geral da média de profissionais formados por ano e que compõem potencialmente a demanda de profissionais para o presente curso.

Tabela 1 Cursos e vagas em Curitiba

Curso	Número* de cursos	Número de vagas abertas*	Média de vagas por curso	50% de ocupação**	70% de concluintes**
Administração	33	19.172	581	9.586	6.710
Ciência Política	01	200	200	100	70
Direito	16	8.220	514	4.110	2.877
Gestão Pública	05	1.070	214	535	375
Pedagogia	23	6.750	293	3.375	2.363
Psicologia	11	3.050	277	1.525	1.068
Serviço Social	05	1.020	204	510	357
Sociologia	02	160	80	80	56
TOTAL	96	39.642	413	19.821	13.875

* Fonte: <http://emec.mec.gov.br/> Acessado entre 01 e 10 de junho de 2016.

**Cálculos realizados com base no Censo da Educação Superior, no período de 1998 a 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>. Acessado em 01/07/2016.

Entretanto, para uma análise mais completa da realidade, foram pesquisados no portal EMEC os cursos de pós-graduação que estão na mesma área do curso aqui proposto, destacando-se aqueles que possuem maior proximidade com a temática de Gestão Social de Políticas Públicas. A partir desse levantamento tem-se a tabela 2, conforme segue:

Tabela 2 Cursos de pós-graduação em Curitiba

Área	Quantidade de cursos	Quantidade de cursos com temática próxima	Média de vagas por curso	Total de vagas
Ciências sociais, negócios e direito	447	41	100	4.100
Humanidades e artes	87	05	100	500
TOTAL	534	46	-	4.600

Fonte: <http://emec.mec.gov.br/> Acessado entre 01 e 10 de junho de 2016

As áreas pesquisadas foram de *Ciências sociais, negócios e direito* e *Humanidades e artes*, nas quais encontramos um total de 534 (quinhentos e trinta e quatro) cursos disponíveis em Curitiba. Desses, constatamos que 46 (quarenta e seis), ou seja, 8% (oito por cento) de todos os cursos de pós-graduação nas áreas pesquisadas se aproximam da temática proposta no presente projeto pedagógico. Verificou-se que a média de vagas anual é de 100 (cem) por curso, o que representa um total de 4.600 (quatro mil e seiscentas) vagas para absorver o total de 13.875 (treze mil oitocentos e setenta e cinco) formandos na área, ou seja, tem-se um público potencial de 67% (sessenta e sete por cento) dos formandos, o que em termos absolutos representa um número de 9.275 (nove mil duzentos e setenta e cinco).

Dentre outros pontos, poderiam ser consideradas vagas em outras possíveis áreas de pós-graduação, bem como em cursos de mestrado. Também existe a possível absorção desses formandos pelo mercado de trabalho, o que dificulta para muitos a continuidade dos estudos. Entretanto, para os fins aqui destinados, esses dados são suficientes para evidenciar um público potencial significativo para o curso proposto.

5. Objetivos da proposta

OBJETIVO GERAL

Formar profissionais comprometidos com a participação social e a gestão social de políticas públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar a compreensão crítica dos princípios que norteiam as políticas públicas, os conflitos de interesses entre grupos e classes sociais;
- Aprofundar o conhecimento sobre métodos, técnicas e estudos que colaborem para o aprimoramento da prática e da teoria social sobre o Estado no que diz respeito à Gestão Social;

- Inspirar profissionais a compreenderem a realidade das políticas públicas, em diferentes escalas de gestão social com foco na participação social.

6. Metodologia de trabalho

A metodologia de trabalho adotada será composta por aulas presenciais, realizadas aos sábados, com duração de 4 horas no período da manhã; intervalo para almoço; mais 4 horas no período da tarde. Os componentes curriculares serão desenvolvidos a partir de aulas expositivo-dialogadas, estudos de caso, visitas técnicas, acesso a bases de dados, oficinas e seminários. Teremos 12 disciplinas ao longo do curso, quais sejam: Metodologia Científica; Sociedade e Questão social; Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais; Família e Diversidades; Territorialidade e Sujeitos Sociais; Políticas Sociais e Gestão Social; Planejamento Social e Estratégico; Política da Assistência Social; Políticas do Esporte e Lazer; Política da Educação; TCC 1; e, TCC 2. As disciplinas poderão ter um ou mais professores/as, enriquecendo a experiência dos estudantes e da diversidade de abordagens em cada área.

7. Cronograma das atividades:

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	2021											
Revisão do PPC	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Divulgação do processo seletivo (2ª edição)												X
2022												
Processo seletivo (2ª edição)	X	X	X									
Componentes curriculares ofertados				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Matrículas (2ª edição)				X								
2023												
Componentes curriculares ofertados		X	X	X	X	X						
Entrega do TCC						X	X					
Apresentação do TCC						X	X	X	X			
Entrega da versão final do TCC*								X	X	X		

* Deverá ser observado o Regulamento do TCC, ANEXO IV.

8. Relação do Corpo docente (Quadro sinótico adotado pela Res. nº 18/2017 – Consup/IFPR)

Nome Completo	Formação	Titulação	Lotação ou Instituição de origem	Componente Curricular	Carga Horária	Curriculum Lattes Atualizado (Link)
---------------	----------	-----------	----------------------------------	-----------------------	---------------	-------------------------------------

Adriana Pellanda Gagno	Graduação em Psicologia (1996), licenciada (1995)	Mestra (2002) e Doutora (2018) em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realizou aperfeiçoamento (2005) em Saúde Mental pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ).	IFPR (Campus Curitiba)	1. Família e diversidades	32h	http://lattes.cnpq.br/2536405421336976
Adriano Willian da Silva	Licenciatura e Bacharelado em Física pela Universidade Federal do Paraná (2002). Tecnólogo em Gestão Pública pelo IFPR/UFPR (2011)	Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão - IBPEX (2003), mestre (2005) e Doutor em Física (2008) pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Gestão Pública - Área de Concentração: Políticas Públicas pelo IFPR.	IFPR (Campus Curitiba)	1. Política da Educação	12h	http://lattes.cnpq.br/2889824084193273
Candida de Fátima Deichmann Santos Lima	Graduação em Administração UFPR (1998).	Especialização em Curso de Formação Pedagógica de Docentes (2015) no IFPR. Mestre e (2007) Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2017).	IFPR (Campus Curitiba)	1. Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais	16h	http://lattes.cnpq.br/1033029587062930
Diana Gurgel Pegorini	Licenciada em Pedagogia pela Unisul, Licenciada em Língua Inglesa pelo Programa Especial de Formação Pedagógica do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (2001) e Graduada em Secretariado Executivo pela PUC-PR.	Doutora e Mestra em Educação pela PUC/PR. Especialista em Metodologias Inovadoras na Ação Docente pela PUC/PR e em Formação para professores e tutores em EAD pela UFPR.	IFPR (Campus Curitiba)	1. Política da Educação	12h	http://lattes.cnpq.br/4539054573323146
Diogo Labiak Neves	Graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).	Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)	IFPR (Campus Curitiba)	1. Territorialidade e sujeitos sociais	32h	http://lattes.cnpq.br/8383557837441651
Érika Pessanha d'Oliveira	Graduação em Psicologia na UNESP.	Mestra em Psicologia da Educação pela PUCSP. Doutora na UNICAMP, no grupo FOCUS da Faculdade de Educação.	IFPR (Campus Curitiba)	1. Família e diversidades	32h	http://lattes.cnpq.br/5525558955503972
Izabelle Cristinne Rizental Garcia (Docente colaborador lato sensu)	Graduação em Psicologia pela UFPR (2015)	Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (2018).	Prefeitura de Campo Largo	1. Política da Assistência Social	12h	http://lattes.cnpq.br/7363427685959990

Joyce Luciane Correia Muzi	Formação em Letras, licenciatura Português e Espanhol pela UFPR (2006) e em Educação Bilíngue para Surdos e Surdas.	Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (2016). Mestra em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR, 2011) e Mestra em Ciências da Educação pela Universidad del Norte/Asunción/Py (2010).	IFPR (Campus Curitiba)	1. Metodologia Científica	32h	http://lattes.cnpq.br/3603583957596083
Leandro Rafael Pinto	Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (Bacharelado e Licenciatura 2003 - 2006).	Doutor (2015) e Mestre em Geografia pela UFPR (2009).	IFPR (Campus Curitiba)	1. Metodologia Científica	32h	http://lattes.cnpq.br/7427397870910570
Rodrigo Navarro	Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física (UFPR-2004)	Doutor em Educação Física pela UFPR (2020) e Mestre em Educação pela UFPR (2007).	IFPR (Campus Curitiba)	1. Políticas do Esporte e Lazer	24h	http://lattes.cnpq.br/4692284725962383
Marcos Rogério Maioli	Graduado em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (1997).	Doutor em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI (2021). Mestre em Turismo pela UNIVALI (2016). Pós em Planejamento e Gestão do Turismo e Sociologia Política ambas pela UFPR.	IFPR (Campus Curitiba)	1. Políticas Sociais e gestão social	12h	http://lattes.cnpq.br/0593391639328401
Marineide Maria Silva	Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina	Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP e Mestra em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina .	IFPR (Campus Curitiba)	1. Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais (16h)	16h	http://lattes.cnpq.br/7332391924034109
Patrícia Teixeira (TAE do IFPR como docente colaboradora)	Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com habilitação em Informação e Gerência.	Especialista em Gestão Pública e Políticas Públicas pelo IFPR. Mestra em Tecnologia pela UTFPR.	IFPR (Campus Curitiba)	1. Políticas Sociais e gestão social 2. Política da Assistência Social	12h 12 h	http://lattes.cnpq.br/9167522914933931
Priscila da Silva Duarte	Bacharel em Administração e Licenciada em Letras-Português/Inglês.	Doutora em Administração pela Fundação Getúlio Vargas e Mestra em Administração pela Universidade Positivo. Possui especializações em Publicidade, Propaganda e Marketing, Gestão de Pessoas, Gestão Pública e em Educação Profissional.	IFPR (Campus Curitiba)	1. Planejamento social e estratégico	24h	http://lattes.cnpq.br/4575905405986898
Vanderici B. Ruschel	Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997)	Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2010).	IFPR (Campus Curitiba)	1. Sociedade e Questão Social	32h	http://lattes.cnpq.br/1221545585807388

8.1 Grupos de Pesquisa (formal ou informal) do corpo docente elencado no curso proposto

GRUPO DE PESQUISA	TIPO DO GRUPO	LINHA(S) DE PESQUISA	PESQUISADOR (ES) VINCULADO (S)
NÃO HÁ GRUPO DE PESQUISA*			

* Os(as) docentes elencados/as neste projeto não possuem grupos de pesquisa e extensão relacionados a área do curso, foram todos/as convidados/as levando-se em consideração suas respectivas áreas de formação, não necessariamente suas pesquisas.

9. Funcionamento do curso

9.1 Etapas do Processo Seletivo para ingresso

- a) Currículo: será solicitado currículo lattes com a documentação que comprove a experiência na área (políticas públicas) e publicações. A avaliação do currículo terá peso de 30%.
- b) Carta de Intenção: tem por objetivo oferecer ao candidato/a a possibilidade de se apresentar, falar sobre sua trajetória acadêmica e justificar seu interesse em estudar gestão em políticas públicas. Na análise da carta de intenção serão observados, além dos aspectos relativos à normatização da língua portuguesa, acentuação, sintaxe, o(s) argumento(s) dos/as candidatos/as, assim como a clareza, a coerência e a relevância dos objetivos de estudo. A carta de intenção terá peso de 70%.

9.1.1 Período de inscrição

A cada 02 (dois) anos, preferencialmente 3 (três) meses após o encerramento das aulas da turma anterior.

9.1.2 Pré-requisitos

Conclusão de ensino superior.

9.1.3 Etapas de seleção/avaliação:

- () Prova
- () Entrevista
- (X) Currículo
- (X) Experiência
- (X) Outras: carta de intenções

10. Metodologia de trabalho e avaliação do desempenho do estudante

As estratégias pedagógicas levarão em conta o perfil discente, suas necessidades e o respectivo acúmulo do conhecimento produzido na área. A avaliação poderá acontecer de forma processual e diagnóstica, ficando a cargo do/a docente a combinação de peso e intensidade de cada forma.

Recomenda-se acontecer em diversos momentos e formatos, valorizando as diversas capacidades e explorando as diversas potencialidades dos/as estudantes. Para as disciplinas com carga horária de 24h, deverá ser proposta no mínimo uma avaliação de tipo diagnóstica, e para as disciplinas com carga horária superior às 24h recomendam-se no mínimo duas avaliações. Entretanto, a avaliação diagnóstica não deverá compor o único instrumento utilizado, ou seja, fica vedado ao/à docente submeter o/a estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

Os resultados das avaliações serão expressos em conceitos A, B, C ou D. Será considerado aprovado aquele/a que obtiver os conceitos A, B ou C e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na unidade/área curricular.

Caso o/a discente não alcance conceito suficiente para aprovação, caberá ao/à professor/a de cada disciplina oferecer a possibilidade de recuperação do conceito.

11. Critérios de aproveitamento de estudos anteriores

O aproveitamento de estudos será feito no ato da matrícula mediante o reconhecimento da identidade ou equivalência entre disciplinas, suas cargas horárias e ementas, totalizando, no mínimo, 75% de similaridade entre as ementas. São passíveis de aproveitamento estudos realizados em outro curso de pós-graduação (lato e stricto sensu). A análise ficará a cargo da Coordenação do Curso e do/a professor/a responsável pela disciplina tendo como base a legislação vigente dos cursos de Pós-Graduação do IFPR.

Os documentos que deverão ser apresentados para a análise do aproveitamento de estudos no ato da matrícula são:

i) Histórico escolar original ou documento equivalente que ateste os componentes curriculares cursados, a respectiva carga horária, a nota ou o conceito, e o período letivo de integralização;

ii) Cópia autenticada pela Instituição de origem dos planos de ensino dos

componentes curriculares cursados e aprovados, constantes no histórico escolar;

iii) Critérios de avaliação da instituição de origem, contendo a tabela de conversão de conceitos em notas, quando for o caso;

iv) Documento expedido pela Instituição de origem em que conste o número e a data do ato de autorização ou reconhecimento do curso.

Os documentos poderão ser entregues em forma de fotocópia autenticada ou cópia simples mediante apresentação do original, a ser atestada por servidor público do campus. O pedido de aproveitamento de estudos deverá ser efetuado na Secretaria Acadêmica do Campus Curitiba do IFPR, no ato da matrícula, acompanhado dos documentos citados anteriormente.

12. Elaboração e orientação do trabalho de conclusão de curso

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é uma atividade científica que será desenvolvida mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente. É de cunho obrigatório uma vez que a sua realização garantirá a integralização dos componentes curriculares do curso. Trata-se da execução de uma atividade visando a elaboração de um texto científico na forma de artigo, que poderá ser desenvolvido individualmente ou em dupla. São objetivos do TCC:

- a) Possibilitar e incentivar a inserção dos/as discentes na pesquisa científica;
- b) Proporcionar a sistematização do conhecimento científico criando condições para o desenvolvimento da gestão social nas políticas públicas;
- c) Organizar o conhecimento construído durante o curso na forma de produção e elaboração do pensamento científico.

A organização e apresentação do TCC seguirão as normas para elaboração de trabalho acadêmico e produções científicas do Instituto Federal do Paraná, que estão de acordo com as normas da ABNT.

Para a realização do TCC o/a estudante terá um professor/a-orientador/a da instituição, com formação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado) ou *lato sensu* (especialização), que será responsável por sua orientação.

A lista dos/as professores/as orientadores/as disponíveis deverá ser divulgada com antecedência, levando em consideração as respectivas linhas de pesquisa do curso. Caberá

ao/à professor/a-orientador/a definir com o/a orientando/a os locais, os horários de atendimento e outras providências necessárias para a realização do TCC, que será ofertado em dois componentes curriculares: TCC 1 (40h) e TCC 2 (40h). Do mesmo modo, para ser aprovado/a nos componentes curriculares TCC 1 e 2, o/a estudante deverá ter no mínimo 75% de frequência nos encontros de orientação e atingir conceitos A, B ou C.

Para efeito de avaliação, o TCC será submetido a: a) Acompanhamento contínuo do/a professor/a orientador/a; b) Desenvolvimento das atividades de orientação; c) Entrega e apresentação do TCC; e) Apreciação do TCC por comissão examinadora. A comissão será composta por dois/duas professores/as do curso ou convidados/as que tenham titulação e experiência comprovada na área.

Será considerado aprovado/a no TCC o/a estudante que obtiver conceitos A, B ou C e reprovado/a se obtiver conceito D. O conceito será atribuído mediante a avaliação do trabalho escrito que será realizada pela banca examinadora. A apresentação oral do trabalho é obrigatória, porém não terá caráter avaliativo, e será divulgada previamente pela coordenação do curso; o objetivo é a divulgação da produção científica, proporcionando espaço para compartilhar com a comunidade os resultados obtidos.

O regulamento das atividades do TCC foi aprovado em reunião do colegiado no dia 13 de março de 2020 e encontra-se disponível em anexo.

13. Condições de aprovação no curso

Será considerado aprovado o/a estudante que obtiver os conceitos A, B ou C e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na unidade/área curricular; e, obtiver aprovação no TCC. Neste curso serão franqueados conhecimentos imprescindíveis para que o/a profissional que esteja inserido/a nas políticas sociais tenha a competência de gerenciar equipes multidisciplinares e de elaborar projetos que possam resultar em produtos ou serviços que agreguem valores à instituição e/ou à sociedade.

14. Certificados e graus acadêmicos obtidos

Conforme Resolução CONSUP/IFPR nº 09/2014, o IFPR expedirá o certificado de conclusão do curso de “Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas” para todos os/as estudantes que concluírem com êxito o curso, mantendo um mínimo de frequência de 75%, conceito mínimo C para todas as disciplinas e aprovação no TCC. Terá direito ao

certificado de “Aperfeiçoamento em Gestão Social de Políticas Públicas”, o/a estudante do curso de Especialização que tenha concluído todas as disciplinas, porém não apresente o trabalho final (TCC), ou tendo apresentado, seja considerado insatisfatório.

15. Quadro de disciplinas (Quadro sinótico adotado pela Resolução nº 18/2017 – Consup/IFPR)	
Componentes Curriculares	Carga horária total (h)
01. Metodologia Científica	32
02. Sociedade e Questão social	32
03. Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais	32
04. Família e Diversidades	32
05. Territorialidade e Sujeitos Sociais	32
06. Políticas Sociais e Gestão Social	24
07. Planejamento Social e Estratégico	24
08. Política da Assistência Social	24
09. Políticas de Esporte e Lazer	24
10. Política da Educação	24
11. Trabalho de Conclusão de Curso 1	40
12. Trabalho de Conclusão de Curso 2	40
Carga Horária Total	360

16. Quadro Sinótico da Matriz Curricular			
(MODELO RECOMENDADO – pode ser adaptado a critério da comissão de estruturação do curso)			
Disciplinas	Professores/as	Tipo de Disciplina	C.H.
1. Metodologia Científica	Joyce L. Correia Muzi Leandro Rafael Pinto	Obrigatória	32
2. Sociedade e Questão Social	Vanderci B. Ruschel	Obrigatória	32
3. Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais	Candida de F. D. S. Lima Marineide Maria Silva	Obrigatória	32

4. Família e Diversidades	Adriana Pellanda Gagno Érika Pessanha d' Oliveira	Obrigatória	32
5. Territorialidade e Sujeitos Sociais	Diogo Labiak Neves	Obrigatória	32
6. Políticas Sociais e Gestão Social	Patrícia Teixeira Marcos Rogério Maioli	Obrigatória	24
7. Planejamento Social e Estratégico	Priscila da Silva Duarte	Obrigatória	24
8. Política da Assistência Social	Izabelle Cristinne R. Garcia Patrícia Teixeira	Obrigatória	24
9. Políticas de Esporte e Lazer	Rodrigo T. Navarro	Obrigatória	24
10. Política da Educação	Adriano Willian da Silva Diana Gurgel Pegorini	Obrigatória	24
11. Trabalho de Conclusão de Curso 1	Orientador/a	Obrigatória	40
12. Trabalho de Conclusão de Curso 2	Orientador/a	Obrigatória	40
		TOTAL	360

16.1 Plano(s) de Ensino dos Componentes Curriculares elencados na Matriz Curricular

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Metodologia Científica

Carga horária: 32 horas relógio
2. EMENTA
Ciência, Técnica e Tecnologia e sua vinculação com as ciências sociais. Escrita e leitura acadêmico-científica. Procedimentos investigativos: características, metodologias, vinculação teórica. Elaboração do Pré-Projeto de Pesquisa.
3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender os princípios científicos e de pesquisa necessários para o desenvolvimento de textos acadêmicos a nível de pós-graduação. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contextualizar a ciência e método científico como base para as pesquisas acadêmicas; - Diferenciar os textos acadêmicos e reforçar a leitura e a escrita como bases para a produção acadêmico-científica; - Analisar as metodologias, técnicas e instrumentos das pesquisas sociais; - Elaborar o pré-projeto de pesquisa como base para o desenvolvimento do TCC.
4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO
<p>O ensino da Ciência, por meio da Metodologia Científica, passa por um processo no qual o professor deve estar atualizado com as tecnologias atuais para tornar as aulas um processo mais dinâmico e interativo, atendendo assim às necessidades dos discentes, sem deixar de lado as questões teórico-metodológicas referentes à Ciência. Sendo assim, no desenvolvimento do componente curricular serão utilizadas aulas expositivas e dialogadas sobre temas diversos, leitura de bibliografias de referência na área, análise de recursos audiovisuais (vídeos, filmes e podcasts) e apresentação do pré-projeto de Pesquisa.</p> <p>Para a avaliação dos resultados obtidos pelos discentes serão utilizados critérios qualitativos sobre os quantitativos. Basicamente, se fará uso de atividades individuais ou em grupo, produções textuais, análise de textos de referência, produções audiovisuais e produção do pré-projeto de pesquisa. O total das avaliações permitirá determinar o conceito final (A, B, C ou D) com base no aproveitamento e participação, seguindo como princípio a resolução 50/2017 IFPR.</p>
5. REFERÊNCIAS
5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 200 p.</p> <p>GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. Comunicação e linguagem. São Paulo: Pearson, 2012.</p> <p>MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. Conversando sobre metodologia da pesquisa científica [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.</p>
5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>GIL, A. C. Como elaborar um projeto de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>KERLINGER, F. N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo, EPU, 1980. 378 p.</p> <p>TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em</p>

educação. São Paulo: Atlas, 2011. 176 p.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Sociedade e Questão social

Carga horária: 32 horas relógio

2. EMENTA

1. O que é Sociedade? Teorias Sociais. Iluminismo; Positivismo; Materialismo e sociologia compreensiva. 2. Como as sociedades “funcionam”: Funcionalismo e coesão social; Conflito social e Dominação de classe; Consenso social e dominação; Poder, política, ideologia e Estado. 3. Como as sociedades mudam? Comunidade e Sociedade; capitalismo, racionalidade e divisão social do trabalho; transformações da sociedade capitalista. 4. Como surgiram os direitos? Desigualdade e exploração de classe, Movimentos sociais e luta por direitos; a emergência da “Questão Social”. 5. Sociedade Brasileira: Colônia de exploração e escravidão; Capitalismo dependente, economia agrário-exportadora, industrialização e modernização; desigualdades sociais; movimentos sociais, direitos, cidadania e a questão social.

3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)

Geral:

- Compreender as sociedades humanas como “formações sociais” dinâmicas quanto as suas estruturas econômicas políticas e ideológicas e, neste sentido, a “questão social” que emerge nas sociedades modernas.

Específicos:

- Compreender como as sociedades humanas se organizam, mantêm-se organizadas e como se transformam;
- Perceber como o poder econômico, político e ideológico se articulam em cada momento histórico específico para a manutenção da dominação;
- Identificar o surgimento dos direitos da modernidade como conquistas da organização e das lutas sociais;
- Perceber as especificidades do desenvolvimento da sociedade brasileira em relação aos direitos e a cidadania.

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação serão fundamentados pela Portaria no 120/2009.

Frequência às aulas teóricas, aos trabalhos e atividades, que não deve ser inferior a 75% das aulas dadas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, que são traduzidos em conceitos que variam de A até D. Neste contexto os conceitos são expressos como:

A – aprendizagem do aluno foi PLENA;

B – aprendizagem do aluno foi PARCIALMENTE PLENA;

C – aprendizagem do aluno foi SUFICIENTE;

D – aprendizagem do aluno foi INSUFICIENTE.

A recuperação paralela dos conteúdos deve ser realizada durante o decorrer do período letivo e cabe ao professor identificar as dificuldades apresentadas pelos alunos selecionando objetivos e atividades a serem realizadas para promoção da aprendizagem.

Instrumentos de avaliação: Seminários; trabalhos individuais e/ou grupais; portfólios; resenhas e resumos; atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como, por exemplo: Fóruns, bate-papos, diário de bordo, atividades colaborativas, questionários, etc.

5. REFERÊNCIAS

5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COSTA, C. Sociologia: **Introdução à ciência da sociedade**. 4. ed. — São Paulo: Moderna, 2010.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. São Paulo. Cortez, 1995.

BAUMAN, Z. (2001). **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais

Carga horária: 32 horas relógio

2. EMENTA

O Estado de Bem-Estar Social: surgimento, desenvolvimento e crise. Neoliberalismo e políticas públicas. O Estado de Bem-Estar brasileiro. As principais correntes teóricas da ciência política utilizadas na análise de políticas públicas. Direitos sociais e cidadania no Brasil contemporâneo.

3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)

Geral:

- Apresentar a discussão teórica desenvolvida acerca do Estado do Bem-Estar Social e sua crise, bem como analisar a sua manutenção e transformações em tempos de neoliberalismo.

Específicos:

- Discorrer acerca das perspectivas analíticas que tratam do Estado e suas políticas, familiarizando os/as estudantes com os principais conceitos, autores e correntes teóricas;
- Apresentar o panorama da Legislação e das desigualdades no Brasil a partir da trajetória dos direitos sociais das populações indígenas, afrodescendentes, das

mulheres e da população LGBT.

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação como um todo é processual, formativa, contínua e cumulativa, possibilitando ao/à estudante a recuperação do conteúdo, bem como do conceito, ao longo da disciplina. A avaliação consistirá na entrega de atividades solicitadas pelas docentes, na forma de seminários, atividades individuais e coletivas e estudos exploratórios.

5. REFERÊNCIAS

5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: UNESP, 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo Cesar (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991.

KERSTENETZKY, Celia Lessa; GUEDES, Graciele Pereira. O Welfare State resiste? Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2095-2106, jul. 2018.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Estado de Bem-Estar, compromisso social-democrata e segunda modernidade. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v.1, n.1, p.64-84, jul./dez. 2015.

SALLUM JR., Brasílio; GOULART, Jefferson O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 24, n. 60, p. 115-135, dez. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Família e Diversidades

Carga horária: 32 horas relógio

2. EMENTA

Família: construção histórico-cultural. Relações de poder, subalternidade e vulnerabilidade. Políticas públicas brasileiras de convivência familiar e comunitária.

3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)

Geral:

- Compreender a complexidade do conceito de família na contemporaneidade e suas especificidades no contexto brasileiro, com vistas ao aprimoramento da análise da gestão social de políticas públicas.

Específicos:

- Contextualizar historicamente o desenvolvimento da categoria instituição família;
- Compreender o contexto psicossocial e as políticas públicas envolvidos nos processos de destituição do poder familiar, acolhimento e adoção de crianças e adolescentes;
- Analisar a naturalização das relações de poder e subalternidade entre família e escola presentes nas políticas públicas educacionais brasileiras.

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a concepção de avaliação da aprendizagem do campus Curitiba do IFPR, a avaliação será formativa, qualitativa e contínua, servindo como instrumento de reflexão para docentes e discentes, que a tomarão por base para o aprimoramento contínuo de seus resultados. Haverá mais de uma forma de avaliação. As estratégias de avaliação poderão envolver trabalhos escritos, estudo de casos, participação em atividades grupais como debates, dentre outras. Serão oferecidas atividades para recuperação paralela aos/às estudantes que tiverem baixo rendimento. As professoras manterão horários de permanência na instituição para esclarecer dúvidas e auxiliar nas dificuldades. Quando necessário os/as estudantes poderão ser convocados/as a participar de atividades complementares, visando à recuperação de conteúdos.

5. REFERÊNCIAS

5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FREITAS, F. S. de. **A família e seus aspectos históricos, sociológicos e antropológicos**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020.

TRAD, Leny A. Bomfim (Org.). **Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. 379 p. (Coleção criança, mulher e saúde).

5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BERNARDI, D. C. (Org.). **Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento**. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento). Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56bcc820859fd06c3afc713f/1455212583405/5_cada_casa_e_um_caso.pdf

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei Federal 8.069/1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

BRASIL. **Lei Nacional de Adoção**. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: Conanda, 2006.

ELAGE, B.; GÓES, M.; FIKS, M.; GENTILE, R. **Perspectivas: formação de profissionais em serviços de acolhimento**. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5734bc8537013b24913bbb18/1463073930949/Formac%CC%A7a%CC%83o_web.pdf

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro (Org.). **Novos rumos do acolhimento institucional.** São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. Disponível em: <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20do%20acolhimento.pdf>

LANE, S.; CODO, W. **Psicologia Social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Novos rumos para o trabalho com famílias.** São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2013. Disponível em: <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20para%20o%20trabalho%20com%20familias.pdf>

MORAES, Edissônias Cordeiro. **A relação da escola com as famílias empobrecidas: a atualidade da obra A produção do fracasso escolar.** 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32636>

NASCIMENTO, M. L.; CUNHA, F. L.; VICENTE, L. M. D. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. **Revista Psicologia Política**, v. 7, n. 14, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200006

PIMENTA, Juliana de Carvalho. **A relação família-escola: concepções e práticas.** 2014. 243 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/123962>.

SYMANSKI, H. **A relação família/escola: desafios e perspectivas.** Brasília: Plano Editora: 2001.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Territorialidade e Sujeitos Sociais

Carga horária: 32 horas relógio

2. EMENTA

Conceituação de território e territorialidade. Abordagem das várias acepções sobre território e processos em torno das territorialidades. Estudo das constituições das identidades culturais e territoriais dos sujeitos sociais.

3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)

Geral:

- Compreender a importância das dinâmicas territoriais e dos seus agentes para formulação de políticas públicas.

Específicos:

- Compreender as diferentes teorias sobre o conceito de território;
- Perceber a participação dos sujeitos sociais nas construções territoriais contemporâneas;
- Analisar como as diferentes formas de apropriação do território conduzem a diferentes possibilidades de análise e diferentes necessidades sociais;
- Comparar qualitativamente dinâmicas territoriais com políticas públicas existentes.

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

A unidade curricular partirá de um entendimento teórico sobre os conceitos de território de territorialidade. Para isto utilizará aulas expositivas-dialogadas e debates para fomentar a apreensão coletiva dos conceitos. Para avaliar a retenção de conteúdo e as correlações produzidas pelos discentes lançará mão de atividades avaliativas individuais e coletivas. Poderão ser utilizadas nesta finalidade provas, seminários, trabalhos e outros instrumentos avaliativos. A utilização ou não de cada instrumento avaliativo será condicionada à dinâmica e às especificidades de cada turma. Os instrumentos avaliativos serão decididos de comum acordo com a turma no início da unidade curricular.

5. REFERÊNCIAS

5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS

DELEUZE, Gilles. GUATARRI, Félix. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto et alii. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. (Coleção TRANS.)

FARIAS JR, E. de A. Do Rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília; Editora da UNB, 2011.

SAQUET, M.A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Identidades e Territórios**: Questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access Editora, 2007.

FERRÃO, João. **O ordenamento do território como política pública**. Lisboa: Fundação Calouste Goulbenkian, 2011.

FERDUN, R. Terras e territórios e a livre determinação territorial indígena. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília; Editora da UNB, 2011.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos 24 da América Latina - Universidade de São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. Disponível em: http://planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf Acesso em: 24 maio 2016.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p.7-22, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/74/72> Acesso em: 06/06/2016.

MENEZES, Elaine C. de O.; VIEIRA, P. F. Aglomeração Industrial, governança e meio ambiente: conceitos e premissas da abordagem do desenvolvimento territorial sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba; Editora UFPR. n. 24. jul./dez. 2011.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana, sua teoria e história**. Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton et. al. **Território Territórios**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. Olhares sobre o rural brasileiro. In: WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Políticas Sociais e Gestão Social

Carga horária: 24 horas relógio

2. EMENTA

MÓDULO 1 (12h)

Políticas públicas: funções, modelos, aspectos conjunturais. A intervenção do Estado na implantação das Políticas públicas. Trajetória histórica da Política Social no contexto mundial. Natureza dos modelos de gestão e de organizações sociais e de administração de serviços.

Introdução a gestão da informação e do conhecimento. Conceituação e metodologia do sistema de indicadores, índices, avaliações de políticas e programas sociais. Uso de indicadores sociais. ISO 26000. Dimensões e metodologias avaliativas qualitativas e quantitativas. Critérios de avaliação. Prestação de Contas.

MÓDULO 2 (12h)

Fundamentos da gestão participativa e do controle social. Regulação social e participação social e cidadania. Discussão sobre a racialização da sociedade brasileira na formação da estrutura social e, conseqüentemente, políticas públicas.

3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)

Geral:

- Objetiva conhecer as metodologias de avaliação de políticas públicas, programas sociais e alguns conceitos estruturantes.

Específicos:

- Orientar sobre como avaliar as políticas e programas sociais;
- Dimensionar as diferentes metodologias avaliativas;
- Construir um instrumento de avaliação e monitoração;
- Discutir as questões estruturantes para compreender a formação de algumas políticas públicas na sociedade brasileira.

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

MÓDULO 1

Elaboração de um instrumento para avaliação e monitoramento de programas e projetos sociais, podendo ser uma proposta de melhoria de um já existente ou um novo.

MÓDULO 2

Apresentação de seminário em grupo com demonstração de políticas públicas que alteraram a estrutura de poder e visaram à redução de desigualdades sociais.

5. REFERÊNCIAS

5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**: Conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. São Paulo, Alínea, 2006.

LACRUZ, Adonai José. **Gestão de Projetos no Terceiro Setor**: uma aplicação prática. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHAUÍ, M. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DEMO, P. Participação é conquista. In: BROMLEY, R.; BUSTELLO, E. **Política X técnica de planejamento**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1990.

MOTA, A E. Uma nova legitimidade para o Serviço Social de empresa. **Serviço Social e Sociedade**, n. 25. São Paulo: Cortez, 1987.

PRATES, Jane Cruz. **A construção de indicadores sociais**. Material didático. Porto Alegre, PUCRS, 2005.

RAICHELIS, R. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez, 1988

SILVA, Maria Ozanira da Silva (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 6, n. 13, p. 134-147, jun. 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/155>. Acesso em: 20 set. 2021.

VINHAL, Gabriela; AUGUSTO, Otávio. **130 anos após abolição, população negra ainda sofre com a desigualdade**. 2018. Disponível em: shorturl.at/deoBG Acesso em: 20 set. 2021.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Planejamento Social e Estratégico

Carga horária: 24 horas relógio

2. EMENTA

Conceitos e tipos de planejamento. Fundamentos da estratégia; Administração estratégica sob a ótica sistêmica; Componentes do processo de planejamento nas organizações: metodologias, práticas e requisitos fundamentais para uma gestão orientada para excelência. O planejamento estratégico público como ferramenta de implementação de políticas públicas. Democracia deliberativa, cidadania, participação (política, social e popular) e accountability.

3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)

Geral:

- Conduzir o estudante ao conhecimento de ferramentas de planejamento estratégico

e, principalmente, social.

Específicos:

- Identificar quais as principais ferramentas de planejamento estratégico que são utilizadas na iniciativa privada e pública e podem ser adaptadas para melhoria do planejamento social;
- Descrever o passo a passo do planejamento social, destacando sua importância para a gestão social de políticas públicas.

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

- Aulas expositivas, dialogadas e seminários.
- Trabalhos individuais e em grupo, além da contabilização do percentual, mínimo, de frequências às aulas. Devendo-se destacar a possibilidade de recuperação de conceito por meio de prova de recuperação objetiva e/ou discursiva, individual, 2 semanas antes da finalização da disciplina.

5. REFERÊNCIAS

5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ANSOLF, H. I.; MCDONNELL, E. J. **Implantando a administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JR., J. T. **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: UNIJUI, 2012.
- CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- VIZEU, F.; GONÇALVES, S. A. **Pensamento estratégico: origens, princípios e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2003.

5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BARBOSA, L. N. H. Cultura administrativa: uma nova perspectiva das relações entre antropologia e administração. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 6-19, 1999.
- CAVALCANTE, Francisco Antonio. **Planejamento estratégico participativo**. São Paulo: Senac-SP, 2009.
- IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E.; HITT, Michael A. **Administração estratégica**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- PAULA, A. P. P. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.
- PRATES, M. A.; BARROS, B. T. **O estilo brasileiro de administrar**. SP: Atlas, 1999.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Política de Assistência Social

Carga horária: 24 horas relógio

2. EMENTA

A política nacional da Assistência Social e o Sistema Único da Assistência Social. Legislação e normatização do SUAS. Organização do SUAS: Proteção Social Básica. Organização do SUAS:

Proteção Social Especial. Os princípios na gestão do SUAS. Controle social e fóruns deliberativos.

3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)

Geral:

- Aprofundar a capacidade de crítica e a possibilidade de aprimoramento da política de Assistência Social através da intervenção profissional crítica e de acordo com os princípios da gestão democrática do SUAS.

Específicos:

- Conhecer a legislação que versa sobre os principais aspectos da PNAS e do SUAS, bem como os serviços ofertados e os princípios que norteiam a assistência social no Brasil;
- Discutir possibilidades de intervenção no panorama atual do SUAS, visando a defesa dos direitos e o controle social no que tange a política de Assistência Social.

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Para a avaliação dos resultados obtidos pelos discentes serão utilizados critérios qualitativos sobre os quantitativos, como o uso de atividades individuais ou em grupo, produções textuais, análise de textos de referência. O total das avaliações permitirá determinar o conceito final (A, B, C ou D) com base no aproveitamento e participação, seguindo como princípio a resolução 50/2017 IFPR.

5. REFERÊNCIAS

5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**, 1993 (e alterações). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8742.htm>>

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília: 2004. Disponível em:

http://www.servicosocial.ufsc.br/ferramentas/upload/arquivos/d/pnas_final.pdf

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília: 2014. Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/livro%20Tipificaca%20Nacional%20-%202020.05.14%20%28ultimas%20atualizacoes%29.pdf>

SCHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a "des-ordem"**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

SOARES, J. A , BAVA, S. C. **Os desafios da gestão municipal democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O bolsa família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. **A Menina Loas**: um processo de construção da Assistência Social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Instituições de direito público e privado**. 11. ed. São Paulo:

NELPA, 2002.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Políticas de Esporte e Lazer

Carga horária: 24 horas relógio

2. EMENTA

Teorias clássicas que abordam os fenômenos do esporte e do lazer. Constitucionalização do esporte e do lazer no Brasil. Políticas de Esporte e Lazer. Legislação e documentos oficiais que versam sobre o esporte e o lazer. Os espaços públicos de esporte e de lazer na cidade contemporânea. Esporte, lazer e vida de qualidade. Esporte, lazer e desenvolvimento comunitário.

3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)

Geral:

- Compreender a relevância da promoção de políticas de esporte e lazer como direito social de todo cidadão brasileiro.

Específicos:

- Examinar as teorias clássicas que versam sobre os fenômenos do esporte e do lazer;
- Identificar os elementos que caracterizam o esporte e o lazer na modernidade;
- Conhecer as legislações nacional e regional que versam sobre as políticas de esporte e lazer;
- Analisar o esporte e o lazer como direitos sociais;
- Analisar as concepções de qualidade de vida e estilo de vida relacionadas ao lazer;
- Compreender a importância dos espaços públicos de lazer para uma vida de qualidade;
- (Re)conhecer políticas públicas de esporte e lazer nos contextos locais e intervir pela garantia do direito ao lazer ativo e à prática esportiva;
- Refletir sobre características que fazem do esporte e do lazer elementos indispensáveis para uma vida de qualidade e para o desenvolvimento comunitário;
- Desenvolver o pensamento científico a partir de uma compreensão ampla de ciências para a produção e aplicação do conhecimento na área do esporte e do lazer.

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será diagnóstica, contínua, cumulativa e processual, fruto da observação e da verificação do aprendizado e do envolvimento dos/as estudantes no decorrer das aulas, com registro em Planilha/Diário de Classe. Compreenderá momentos pontuais de avaliação somativa, que ocorrerá por meio da utilização de distintos instrumentos de avaliação como seminários, produções textuais e júri simulados, com intuito de verificar o aprendizado e o conseqüente grau de compreensão argumentativa que os estudantes obtiveram.

4.1. Instrumentos:

- Planilha/Diário de Classe;
- Júri simulado;
- Seminário;
- Produção textual.

4.2. Critérios:

- Interpreta as teorias clássicas que versam sobre o esporte e o lazer;

- Identifica os elementos que caracterizam o esporte e o lazer na modernidade;
- Compreende as legislações nacional e regional que versam sobre as políticas de esporte e lazer;
- Reconhece o esporte, o lazer e os espaços públicos de lazer como direitos sociais e como elementos indispensáveis para uma vida de qualidade;
- Analisa as distintas manifestações do esporte e do lazer no âmbito da política pública brasileira;
- Desenvolve um pensamento científico a partir de uma compreensão ampla de ciências voltado à produção e aplicação do conhecimento na área do esporte e do lazer.

5. REFERÊNCIAS

5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS

GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **O direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARINHO, Alcyane; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Dos clássicos aos contemporâneos: revendo e conhecendo importantes categorias referentes às teorias do lazer. In: PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis (Org.). **Teorias do Lazer**. Maringá: Eduem, 2010. p. 1-41.

SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. Editora Contexto, 2007.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Autores Associados, 2002.

5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>

GOMES, Christiane Luce; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. O lazer no Brasil: Analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, Christiane Luce et al. (Org.). **Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 67-122. Disponível em: <https://grupootium.files.wordpress.com/2011/06/livro-1-lazer-brasil.pdf>; Acesso em: 22 out. 2020.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 6. ed. Londrina: Midiograf, 2013.

PARENTE FILHO, Marcos Santos (Org.). **Esporte, educação física e Constituição**. São Paulo: IBRASA, 1989.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Política de Educação

Carga horária: 24 horas relógio

2. EMENTA

Política e Educação, Políticas Públicas em Educação (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional de Educação, Fórum Nacional de Educação, CONAES, Sistema Nacional de Educação, Conselhos de Educação, Base Nacional Curricular Comum, Educação Profissional no PNE, Políticas Afirmativas e Inclusivas, Estatuto da Criança e do Adolescente). Políticas de avaliação da educação básica e ensino superior (SINAES, SAEB, ENADE etc.). Políticas de financiamento da educação no Brasil (FNDE, FUNDEB, PDDE etc.).

3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)

Geral:

- Analisar as diretrizes nacionais que orientam as políticas educacionais, a estrutura e a organização da educação no Brasil no contexto atual.

Específicos:

- Conhecer o sistema educacional brasileiro bem como a legislação que o compõe;
- Analisar as políticas de financiamento da educação no Brasil nas últimas décadas.

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações acontecerão por meio de trabalhos feitos e apresentados em equipes, avaliações escritas, elaboração de paper, realização de leituras previamente de artigos científicos para a participação do aluno nos debates, júri simulado, preenchimento de roteiros de leituras.

5. REFERÊNCIAS

5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

AZEVEDO, J. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos et. al. **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25 Jun. 2016.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CORACINI, Maria José (Org.). **Identidades Silenciadas e (In)visíveis: entre a inclusão e a exclusão.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** 10. ed. Campinas: Papyrus, 1994. Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico.

ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADOTTI, Moacyr. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Suzana dos Santos; QUARESMA, Adilene Gonçalves (Orgs.). **Políticas e práticas na educação básica e superior: desafios da contemporaneidade.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (Orgs.). **Discurso e (des)igualdade social.** São Paulo: Contexto, 2015.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MACHADO, Maria Margarida e RODRIGUES, Maria Emília de Castro (Orgs.). **Educação dos trabalhadores: políticas e projetos em disputa.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

MOLL, Jaqueline et. al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.** Porto Alegre: Penso, 2012.

OLIVEIRA, Adão F. de. Percalços da escola e desafios da educação. In: OLIVEIRA, Adão F. de; NASCIMENTO, Claudemiro G. do (Orgs.). **Educação na alternância: cidadania e inclusão social no meio rural brasileiro.** Goiânia: Editora da UCG, 2007.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **Repensando a educação brasileira.** São Paulo: Atlas, 2015.

PADILHA, Anna Maria Lunardi; OLIVEIRA, Ivone Martins (Orgs.). **Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar.** Campinas, SP: Papyrus, 2013.

PEGORINI, Diana Gurgel. **Fundamentos da educação profissional: política, legislação e história.** Curitiba: InterSaberes, 2020.

SARDAGNA, Helena Venites. Educação Para Todos: uma política do mundo global. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 2, p. 7-13, 2006.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas-SP: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas.** Campinas: Autores Associados, 2014.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Maria Abádia da; CUNHA, Célio da (Orgs.). **Educação básica: políticas, avanços e pendências.** Campinas: Autores Associados, 2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso 1

Carga horária: 40 horas relógio

2. EMENTA

Elaboração do projeto de pesquisa do TCC, com uma temática relacionada ao curso, mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente.

3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)

Geral:

- Orientar o/a estudante na elaboração do projeto de pesquisa;

Específicos:

- Elaborar questão problema;
- Definir método e metodologia;
- Redigir justificativa;
- Criar texto com referencial teórico sobre o tema.

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

O/a docente encarregado/a da orientação deverá ao final da disciplina fazer a análise do projeto procurando observar se os objetivos do componente curricular foram atingidos.

5. REFERÊNCIAS

5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2011.

5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Bibliografias de referências da área de pesquisa do/a estudante.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Gestão Social de Políticas Públicas

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso 2

Carga horária: 40 horas relógio

2. EMENTA

Elaboração de um texto científico na forma de artigo, baseado no projeto de pesquisa, mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente.

3. OBJETIVOS DO COMPONENTE CURRICULAR (geral e específicos)

Geral:

- Elaborar um texto científico apresentando os resultados da trajetória de pesquisa, conforme projeto iniciado em TCC1;

Específicos:

- Apresentar domínio na escrita científica;
- Demonstrar capacidade de leitura, interpretação e redação de textos científicos;
- Aprofundar os debates relativos aos aspectos teórico metodológicos da pesquisa;
- Levantar, interpretar e analisar dados de pesquisa;
- Publicar os resultados obtidos por meio do processo de pesquisa.

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

O/a docente encarregado/a da orientação deverá ao final da disciplina fazer a análise do texto procurando observar se os objetivos do componente curricular foram atingidos.

5. REFERÊNCIAS

5.1 REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

5.2 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Bibliografias de referências da área de pesquisa do/a estudante.

17. Experiência do coordenador

DALVANI FERNANDES

Instituto Federal do Paraná, IFPR, Brasil.

Período: 2012 – Atual

Vínculo: Enquadramento Funcional: Professor de Geografia, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva, servidor público.

Atividades

02/2012 - Atual

Disciplinas ministradas

Geografia I

Geografia II

Geografia III

10/2012 - 02/2014

Conselhos, Comissões e Consultoria, Instituto Federal do Paraná - Campus Curitiba.

Cargo ou função: Membro do COPE - Comitê de Pesquisa e Extensão.

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Período: 2010 - 2010

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Livre, Carga horária: 12

Outras informações

Estágio Docente nas disciplinas: GEOGRAFIA DA RELIGIÃO e FILOSOFIA DA GEOGRAFIA.
Ambas sob orientação do Prof. Dr. Sylvio. F. Gil Filho.

Colégio Nossa Senhora de Belém (Edu. Scalabriniana Integrada), ESI, Brasil.

Período: 2009 - 2009

Vínculo: Celetista, Enquadramento: Professor de Geografia, Carga horária: 24

Outras informações

Atuei como professor de Geografia no ensino fundamental e médio.

Colégio Aliança, C.A., Brasil.

Período: 2009 - 2009

Vínculo: Celetista, Enquadramento: Professor de Geografia, Carga horária: 4

Outras informações

Atuei no Cursinho Pré-Vestibular do Colégio Aliança como professor de Geografia Geral (Geopolítica) e Atualidades.

Mocidade Para Cristo (ONG), MPC, Brasil.

Período: 2007 - 2008

Vínculo: Voluntário, Enquadramento Funcional: Voluntário, Carga horária: 2

Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Brasil.

Período: 2006 - 2007

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional: Pesquisador bolsista do Programa PET, Carga horária: 20

Outras informações: Aluno pesquisador e bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET vinculado ao SEsu/MEC, com a pesquisa intitulada "Juventude evangélica no bairro Jardim das Américas, Guarapuava-PR"

18. Experiência do coordenador adjunto

LEANDRO JOSÉ DE ARAUJO

Instituto Federal do Paraná, IFPR, Brasil.

Período: 2014 - Atual

Enquadramento Funcional: Assistente Social, Carga horária: 40

Faculdade Padre João Bagozzi, BAGOZZI, Brasil.

Período: 2011 - Atual

Enquadramento Funcional: Celetista, Professor titular, Carga horária: 15

Disciplinas ministradas

Estágio Supervisionado em Serviço Social II

FHTMSS II

FHTMSS III

FHTMSS IV

Orientação de TCC II

Orientação de TCC III

Pensamento Filosófico Contemporâneo

Pesquisa Aplicada ao Serviço Social II

Política Social I

Projeto Integrador

Projeto Integrador

Período: 2011 - 2013

Enquadramento Funcional: Coordenador de curso, Carga horária: 20

Período: 02/2013 - Atual

Extensão universitária, Curso de Serviço Social.

Atividade de extensão realizada: O trabalho educativo do Serviço Social.

Defensoria Pública da União, DPU, Brasil.

Período: 2010 - 2014

Enquadramento Funcional: Assistente Social, Servidor Público, Carga horária: 30

Associação Educacional de Jales, UNIJALES, Brasil.

Período: 2007 - 2010

Enquadramento: Professor Universitário/Coordenador do Curso, Carga horária: 30

Regime: Celetista, Dedicção exclusiva.

Disciplinas ministradas

Ética Profissional I

Ética Profissional II

FHTMSS I

FHTMSS I

FHTMSS II

FHTMSS III

Introdução ao Serviço Social

Métodos e Técnicas de Pesquisa

Fundamentos Históricos, Teórico e Metodológicos do Serviço Social I

Introdução ao Serviço Social

Ensino, Serviço Social, Nível: Especialização

Período: 06/2008 - 06/2008

Disciplinas ministradas:

O mundo do trabalho: fundamentos históricos e econômicos

Metodologia do Ensino Superior em Artes

Metodologia Científica

07/2007 - 12/2007

Extensão universitária, Coordenadoria de Curso: Atividade de extensão realizada:

Serviço Social na Educação.

Universidade Presidente Antônio Carlos, UNIPAC, Brasil.

Período: 2007 - 2007

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 12

Campus Itajubá

Atividades: Ensino, Serviço Social, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Economia Política

Formação Econômica, Política e Social do Brasil

Fundamentos do Serviço Social II

Instituto de Ensino Superior de São Paulo, IESSP, Brasil.

Período: 2004 - 2005

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 8

Atividades: Ensino, Serviço Social, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Economia Política

Sociologia

19. Planejamento econômico/Necessidades para o funcionamento do curso

Não se aplica a este curso. Todos os recursos estarão vinculados ao orçamento do Campus. Trata-se de um curso gratuito. Para cada disciplina equivalente a 30 horas semanais será contabilizada uma carga semanal de 3 horas/aula no Plano de Trabalho Docente no semestre em que o docente ministrar a disciplina, portanto, **não há necessidade de contratação de novos servidores.**

Não serão necessários novos recursos de infraestrutura, será utilizada a infraestrutura do campus aos sábados para a realização das disciplinas e orientações do TCC.

Para gestão acadêmica e administrativa serão utilizados os recursos disponíveis e oferecidos no próprio campus, que são os servidores da coordenação do próprio curso e da secretaria acadêmica.

Não serão necessários recursos de capital e de custeio.

20. Descrição das instalações (sala de aula, laboratórios, equipamentos e biblioteca)

O Campus está localizado em área central de fácil acesso. O transporte coletivo é abundante e contínuo, facilitando o acesso dos alunos. O Campus possuía em 2016 o número de 2.540 estudantes matriculados em 27 cursos diferentes e 209 docentes. Há ainda laboratórios, auditório, secretaria e uma biblioteca central. Na Unidade João Negrão, onde acontecerão as aulas, há 15 salas de aula, com capacidade para 40 alunos em média.

Biblioteca

Com relação à Biblioteca, o sistema está informatizado com o Sistema Pergamum: <http://200.17.98.199/pergamum/biblioteca/>. Horário de funcionamento de segunda à sexta das 07h30 às 21h.

Normas para o empréstimo de material bibliográfico:

I – Será obrigatória a apresentação da Carteira de Identificação, no ato do empréstimo.

II – Ao efetuar o empréstimo, o usuário ficará inteiramente responsável pela preservação do material retirado;

III – Não estarão disponíveis para empréstimo domiciliar:

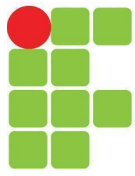
- a) Livros cuja demanda seja maior que o número de exemplares existentes;
- b) Livros e/ou material que necessitem de cuidados especiais, por definição da Bibliotecária responsável;
- c) Livros e/ou material de reserva e de consulta local;
- d) Material especial: disquetes e cds considerados como obras de referência;
- e) Obras de referência: atlas, catálogos, dicionários e enciclopédias;
- f) Publicações periódicas.

A biblioteca conta com vários livros no acervo do Campus IFPR disponíveis para empréstimo. Além disso, foi providenciada uma compra de livros específica para o curso de especialização com base nas bibliografias das disciplinas apresentadas neste PCC.

REFERÊNCIAS

MEC. **Portal E-mec**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acesso: entre 01 e 10 jun. 2016.

MEC. **Censo da Educação Superior, no período de 1998 a 2007**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>. Acesso: 01 jul. 2016.



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

21. ANEXOS

1. Cópia do Currículo do Coordenador da proposta (Plataforma Lattes);

Rodrigo Tramutolo Navarro	Possui Licenciatura Plena em Educação Física (UFPR-2004). Especialização em "Educação Física: saber escolar, currículo e didática" (UFPR-2005). Especialização em Gestão Educacional (UEPG-2011). Mestrado em Educação (UFPR-2007). Doutorado em Educação Física (UFPR). Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Instituto Federal do Paraná (IFPR).	http://lattes.cnpq.br/4692284725962383
--------------------------------------	--	---

2. Termo de Compromisso assinado pelo Diretor do Campus



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná



[Handwritten signature]

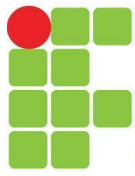
TERMO DE COMPROMISSO DO CAMPUS PROPONENTE

De acordo com as normas do Regimento dos cursos de Pós-Graduação do IFPR, o Diretor Geral do Campus Curitiba, Prof. ADRIANO WILLIAN DA SILVA, inscrito no SIAPE 1651087, vem por meio deste firmar compromisso junto à Pró-Reitoria de Ensino, para oferta do curso de Especialização em **GESTÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS** autorizado pela Resolução nº _____, para oferta de 22 vagas a partir de outubro de 2018, quando inicia o período de inscrições.

Curitiba-PR, 07 de novembro de 2017

[Handwritten signature]
Diretor Geral do Campus Curitiba
ADRIANO WILLIAN DA SILVA

Adriano Willian da Silva
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
Diretor Geral - Campus Curitiba
SIAPE: 1651087



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

4. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

O presente regulamento foi elaborado para orientar professores/as orientadores/as e estudantes das diferentes etapas de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas do IFPR é uma atividade científica que será desenvolvida mediante orientação, acompanhamento e avaliação. É de cunho obrigatório uma vez que a sua realização garantirá a integralização dos componentes curriculares do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser de natureza:

a) **Teórica**, em que o/a estudante se debruça sobre uma temática relevante com o objetivo de rever a bibliografia produzida até o momento, devendo analisar conceitos de vários/as autores/as que elucidem melhor o tema em questão;

b) **Teórico-empírica**, em que o/a estudante elabora, juntamente com a revisão bibliográfica, uma pesquisa de campo, entrando em contato direto com o universo do seu objeto de estudo e, fundamentando assim, a discussão teórica a partir da análise dos dados coletados.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

- a) Possibilitar e incentivar a inserção dos/as estudantes na pesquisa científica;
- b) Proporcionar o avanço do conhecimento científico criando condições para o desenvolvimento da gestão social nas políticas públicas;
- c) Sistematizar o conhecimento construído durante o curso na forma de produção e elaboração do pensamento científico.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

a) A organização e apresentação do TCC seguirão as normas para elaboração de trabalho acadêmico e produções científicas do Instituto Federal do Paraná, disponível no link:

https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impresao.pdf;

b) Para os efeitos deste regulamento consideram-se as seguintes definições:

- i. **Professor/a Orientador/a:** servidor/a do IFPR com formação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado) ou *lato sensu* (especialização), responsável pela orientação ao/à estudante;
- ii. **Professor/a Avaliador/a:** profissionais com formação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado) ou *lato sensu* (especialização);
- iii. **Orientando/a:** estudante devidamente matriculado/a, frequentando o curso de Gestão Social de Políticas Públicas e que tenha previamente apresentado o pré-projeto do TCC.

CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DO CURSO

a) Disponibilizar e divulgar o regulamento e as normas do TCC para estudantes e professores/as orientadores/as;

b) Divulgar a lista de professores/as orientadores/as disponíveis, bem como as suas respectivas linhas de pesquisa;

c) Sistematizar o processo de orientação do TCC identificando o/a professor/a orientador/a de cada estudante conforme o tema escolhido;

d) Administrar, quando necessário, o processo de substituição de professor/a orientador/a;

e) Organizar em conjunto com o Colegiado do Curso o cronograma das apresentações do TCC;

f) Disponibilizar todas as informações necessárias para que professores/as e estudantes tenham êxito na realização dessa tarefa.

CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DO/A PROFESSOR/A ORIENTADOR/A

a) Definir com o/a orientando/a os locais, os horários de atendimento e outras providências necessárias para a realização do TCC;

b) Orientar e acompanhar o/a estudante na escolha do tema e planejamento do estudo;

c) Indicar referências básicas para o tema escolhido pelo/a estudante dentro da sua especialidade;

d) Analisar e avaliar as etapas produzidas apresentando sugestões de leituras, estudos ou referências complementares, contribuindo na busca de soluções de problemas surgidos no decorrer da pesquisa;

e) Informar o/a orientando/a sobre o cumprimento das normas, procedimentos e critérios de avaliação do TCC;

f) Ao final do processo de elaboração do TCC, definir se este apresenta condições de ser apreciado pela Banca Avaliadora;

g) Informar à Coordenação do Curso os casos aptos para apresentação do TCC;

h) Apresentar os nomes e titulação dos membros integrantes da Banca Avaliadora à Coordenação do Curso, em formulário próprio designado pela Coordenação;

i) Participar da apresentação pública do TCC, seguindo o cronograma definido pelo Colegiado do Curso;

j) Entregar as cópias do TCC; orientar sobre normas e critérios de avaliação; e, disponibilizar os formulários (Anexos I e II deste documento) aos membros da Banca Avaliadora;

k) Presidir a Banca Avaliadora e a apresentação do trabalho orientado, quando for o caso;

l) Conduzir a revisão do trabalho final recomendado pelos/as avaliadores/as;

m) Informar à Coordenação do Curso o conceito atribuído ao/a estudante pela Banca Avaliadora, em formulário próprio, respeitando a data estipulada conforme cronograma definido pelo Colegiado do Curso;

n) Encaminhar à Coordenação do Curso o TCC finalizado após o parecer da Banca Avaliadora com as correções finais solicitadas, em caso de ressalva/s.

CAPÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES DO/A ORIENTANDO/A

a) Informar à Coordenação do Curso, quando solicitado, o tema escolhido para elaboração do TCC para a indicação do/a professor/a orientador/a, de acordo com as linhas de pesquisa do curso;

b) Comparecer aos encontros de orientação de TCC, conforme acordado com o/a professor/a orientador/a;

c) Elaborar e concluir o TCC no prazo estabelecido;

d) Propor possíveis nomes dos/as avaliadores/as do TCC ao professor/a orientador/a para análise e definição;

e) É responsabilidade do/a estudante buscar o/a professor/a orientador/a para sanar dúvidas e desenvolver o seu trabalho de TCC;

f) Os/as estudantes deverão entregar as cópias da versão final impressa do TCC ao/a professor/a orientador/a e a versão digital em PDF para a Coordenação do Curso.

CAPÍTULO VII - DAS BANCAS AVALIADORAS

a) Para efeito de avaliação, o TCC será submetido à apreciação da Banca Avaliadora constituída por dois/duas professores/as avaliadores/as e o/a orientador/a;

b) Não poderá ser membro da Banca Avaliadora o/a avaliador/a que tenha até o segundo grau de parentesco com o/a estudante autor/a do TCC;

c) A avaliação do TCC pela Banca Avaliadora se limitará ao trabalho escrito;

d) A Banca Avaliadora deverá utilizar os critérios definidos pelo Colegiado do Curso descritos no “Formulário para Banca Avaliadora” (ANEXO I), que será disponibilizado para preenchimento no modo digital;

e) É responsabilidade dos membros da Banca Avaliadora preencher e assinar o documento “Parecer da Banca Avaliadora” (ANEXO II), que deverá ser entregue ao presidente da banca;

f) A apresentação do TCC aprovado pela Banca Avaliadora será realizada em Simpósio organizado pelo Colegiado do Curso, tendo caráter de divulgação científica e não avaliativa;

g) Será considerado aprovado/a o/a candidato/a que obtiver conceito igual ou superior a C, sendo o conceito C correspondente a: *favorável, com ressalva/s*. Nesse caso, as solicitações sugeridas deverão ocorrer obrigatoriamente sob a supervisão do/a professor/a orientador/a no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

h) Caso não haja solicitação de correções no TCC o/a orientador/a poderá imediatamente solicitar à Coordenação do Curso o lançamento do conceito do/a estudante no sistema. Para tanto, o/a orientador/a deverá apresentar à Coordenação do Curso o formulário da Banca Avaliadora devidamente preenchido e assinado, acompanhado da versão final do TCC em formato digital;

i) Não caberá recurso ou revisão da nota atribuída pela Banca Avaliadora;

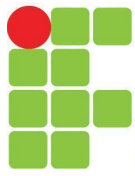
j) O Simpósio ocorrerá após 45 (quarenta e cinco) dias da entrega do TCC para Banca Avaliadora, sendo que 30 dias serão destinados para a Banca Avaliadora emitir o parecer e, nos casos de ressalva/s, 15 (quinze) dias para o/a orientando/a realizar as devidas correções.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Os/as estudantes/s reprovados/as ou que deixarem de cumprir os prazos previstos neste regulamento terão seus casos analisados pelo Colegiado do Curso, para que sejam tomadas as devidas providências;

b) Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso;

c) O presente regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

Curitiba, 19 de março de 2020.

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA BANCA AVALIADORA

Nome do Avaliador(a):

Instituição:

Titulação:

Título do trabalho avaliado:

Nome do autor(a) do TCC:

Nome do/a orientador(a):

1) O assunto tratado no artigo é relevante para ser publicado e corresponde ao perfil acadêmico do curso?

() Sim

() Não

Comentários: _____

2) O título reflete de forma clara e suficiente o conteúdo do artigo?

() Sim

() Não

Comentários: _____

3) A discussão é pertinente e suficiente?

() Sim

() Não

Comentários: _____

4) Os dados apresentados justificam as interpretações?

() Sim

() Não

Comentários: _____

5) É necessário incluir algum item para aperfeiçoar o artigo?

() Sim

() Não

Comentários: _____

6) É necessário reduzir ou excluir alguma parte do artigo?

() Sim

() Não

Comentários: _____

7) As referências são adequadas e necessárias?

Sim

Não

Comentários: _____

8) As referências estão redigidas de acordo com as normas do IFPR?

Sim

Não

Comentários: _____

9) A organização e tamanho do artigo são satisfatórios?

Sim

Não

Comentários: _____

10) O conteúdo e a linguagem estão de acordo com os critérios de não veiculação de preconceitos racistas, étnicos, sexistas, religiosos e/ou de difamação e calúnias que possam ferir a integridade dos leitores e/ou indivíduos citados no mesmo?

Sim

Não

Comentários: _____

11) Parecer

A (favorável, excelência)

B (favorável)

C (favorável, com restrição)

D (desfavorável)

Comentários (o espaço é destinado para a justificativa do parecer, indicando tanto suas razões quanto as mudanças sugeridas, se for este o caso):

ANEXO II

PARECER DA BANCA AVALIADORA

Parecer do Trabalho de Conclusão de Curso de (nome do/a candidato/a) _____
_____, para obtenção do título de ESPECIALISTA EM
GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

O/A Parecerista (nome do/a parecerista) _____, abaixo assinado,
avaliou o trabalho de TCC intitulado: _____

Procedida a avaliação do trabalho, segundo o Regulamento do Trabalho de Conclusão de
Curso da Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas do Instituto Federal do
Paraná, o/a avaliador/a é de parecer:

- () A (favorável, excelência)
- () B (favorável)
- () C (favorável, com restrição)
- () D (desfavorável)

Curitiba, ___/___/___.

Assinatura do/a Avaliador/a